



Mediação de conflitos e o resto não mediável

Charlisson Mendes Gonçalves

Psicólogo pelo Centro Universitário Leste de Minas Gerais
Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Minas Gerais, Brasil)
Professor da graduação em Psicologia da Faculdade da Amazônia
(Rondônia, Brasil)
E-mail: charlissonpsi@gmail.com

Ilka Franco Ferrari

Doutora em Psicologia na Universidade de Barcelona
Professora na graduação e pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais/PUC-MG (Minas Gerais, Brasil)
Bolsista de Produtividade em Pesquisa, CNPQ, nível PQ – 2
Membro da Escola Brasileira de Psicanálise (Brasil)
Membro da Associação Mundial de Psicanálise (Paris, França)
E-mail: ilka@pucminas.br

Resumo: Esse artigo é resultado de uma dissertação de mestrado. Percorre a técnica da mediação de conflitos utilizada pelo Programa Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Defesa Social/MG, articulando-a a pressupostos psicanalíticos que tratam da possibilidade de um resto não mediável. Elegeu-se abordar o resto não mediável a partir das construções de Freud e Lacan sobre o inconsciente e o ideal de felicidade. O resto contém a idéia de que há conflitos cuja saída é uma impossibilidade, se a eliminação é impossível, a solução reside na transformação.

Palavras-chave: psicanálise; mediação de conflitos; resto não mediável.

La médiation de conflits et le reste non susceptible de négociation

Cet article est le résultat d'une thèse de master et fait un parcours sur la technique de la médiation de conflits, utilisée par le Programa Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Defesa Social/MG (Programme de Médiation de Conflits du Département d'Etat de Sécurité Publique/MG), en l'articulant aux hypothèses psychanalytiques qui parlent de la possibilité d'un reste non susceptible de négociation. On a choisi d'aborder ce reste à partir des constructions de Freud et de Lacan sur l'inconscient et de l'idéal de bonheur. Le reste comprend l'idée qu'il y a des conflits avec l'impossibilité comme sortie, sans l'élimination du conflit, plutôt sa transformation.

Mots-clés: psychanalyse; médiation de conflits; reste non susceptible de négociation

Conflict mediation and the rest without mediation

This article is the result of a master's thesis and presents the technique of conflict mediation used by the Programa Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Defesa Social/MG (Conflict Mediation Program of the State Department of Public Safety/Minas Gerais, Brazil), articulating it to psychoanalytic assumptions that states that every mediation leaves behind some rest. This article is based on theoretical assumptions of Freud and Lacan about the unconscious and the ideal of happiness. The result includes an idea that there are conflicts with impossibility as an output, not eliminating the conflict, rather transforming it.

Keywords: psychoanalysis; conflict mediation; rest without mediation.

Mediação de conflitos e o resto não mediável

Charlisson Mendes Gonçalves & Ilka Franco Ferrari

Introdução

A mediação de conflitos vem sendo estudada e realizada em diferentes contextos, e teve, segundo Cretella Neto (2004), sua codificação nas Convenções de Haia, em 1899 e em 1907. Seu objetivo é, segundo esse autor, permitir que as partes fiquem "frente a frente", e o papel do mediador é intervir "durante todo o processo, com o objetivo de conciliar as partes e aproximar seus pontos de vista sem, contudo, impor solução" (Cretella Neto, 2004, p. 3).

Bucher-Maluschke (2007) destaca que situações de separação conjugal, partilha de bens e guarda dos filhos são a origem das principais demandas para o trabalho de mediação de conflitos. Essa autora descreve, ainda, a existência de outras áreas em que a mediação pode ser inserida, tais como: na dimensão penal (vítima-acusado); na dimensão educativa (que pode ocorrer dentro das escolas); nas instituições de saúde; nas questões do meio ambiente; mediação comunitária, nas organizações e no trabalho e, até mesmo, em uma dimensão transcultural e política.

Pensar em uma solução pacífica para os mais diversos conflitos é uma proposta muito atraente. Restam, no entanto, perguntas acerca dos limites encontrados pelas mediações, sobre algo que permanece como um resto não mediável, possível de ser encontrado nos conflitos vividos pelos implicados na questão, e nunca, ou quase nunca, colocado em questão. O presente artigo, que se origina de dissertação de mestrado intitulada *A técnica da Mediação de Conflitos: inclusão do não mediável*, aborda a contribuição que alguns pressupostos psicanalíticos podem fornecer para as reflexões acerca do processo de mediação de conflitos utilizado pelo Programa Mediação de Conflitos (PMC) da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Flick (2009, p. 20), "é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida". Nos caminhos de Garcia-Roza (1993), pode-se dizer que a presente pesquisa é uma pesquisa teórica em psicanálise, pois, dentre outras coisas, favorece verificar as condições de sua possibilidade. Neste caso, a pesquisa teórica se empenha em reconstruir o que está desenvolvido, sempre visando ao aprimoramento teórico. A técnica da mediação é abordada a partir dos livros referentes à prática da mediação de conflitos do Programa Mediação de Conflitos, da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Para a construção teórica acerca de um resto não mediável, utilizam-se textos de Freud, Lacan, e de psicanalistas contemporâneos, considerando a realidade social.

Programa Mediação de Conflitos

Em 2003, o Governo de Minas Gerais, conforme indicam Leite e Rodrigues (2010), apresentou a necessidade de inclusão da Prevenção Social à Criminalidade na pauta da Segurança

Pública e considerou a necessidade de repensar a criminalidade, não somente no momento da ocorrência de um crime, mas incluindo os fatores que o antecedem. O Plano Estadual de Segurança Pública determinou as diretrizes para a regulação desta política, articulando diferentes instituições que fazem parte do sistema de defesa social nas esferas dos governos estadual, municipal e federal, considerando a comunidade, os direitos humanos e a construção de estratégias que visassem a repressão qualificada e a prevenção da criminalidade.

A Política de Prevenção possui uma estrutura hierárquica de diretorias. Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs) são implantados em municípios que apresentam alto índice de criminalidade, sendo incluídos na Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CEPC), que, por sua vez, se insere na Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Ao focar o processo de criminalização dos indivíduos, o trabalho da política de prevenção busca reverter os fatores de risco, no intuito de diminuir o processo de criminalização (Nunes et al., 2009). Conseqüentemente, o Centro de Prevenção à Criminalidade atua através de quatro diferentes programas, minimamente descritos a seguir.

A Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) busca alcançar, através do trabalho de acompanhamento, uma intervenção educativa em relação à pena ou medida, contribuindo para a promoção da cidadania junto aos usuários do programa. O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) trabalha com indivíduos que foram privados de liberdade, auxiliando seu retorno à liberdade com ações que abrangem os direitos de cidadão, família, trabalho e educação. O Programa de Controle de Homicídios "Fica Vivo!" destina-se a jovens de 12 a 24 anos, que moram em áreas com altos índices de homicídio no Estado de Minas Gerais. Este programa desenvolve diversas oficinas, criando espaços de lazer e favorecendo a mobilidade desses jovens nos espaços urbanos, objetivando controlar e prevenir o número de homicídios dolosos nas áreas em que se insere (Nunes et al., 2009). Além disso, há também o Programa Mediação de Conflitos.

De acordo com Leandro et al. (2011), esse Programa de Mediação se insere nos espaços do Centro de Prevenção à Criminalidade, com o objetivo de entender como as relações sociais se dão e de refletir sobre como os cidadãos estão ali inseridos, buscando formas de minimizar os conflitos existentes na localidade que, por muitas vezes, se justificam pela elevada densidade populacional e pela precariedade da infraestrutura urbana.

O objetivo do Programa, como destaca Andrada (2011), encontra-se no empreendimento de ações de mediação de conflitos, orientações sócio jurídicas, articulação e fomento à organização comunitária que valorizem o capital social em cada área em que se encontra instalado. O Programa está presente nas áreas de Belo Horizonte e da região metropolitana, além de algumas cidades do interior do estado.

O passo-a-passo da técnica da Mediação de Conflitos

A mediação auxilia as escolhas, tomadas de decisão e solução de conflitos através do diálogo e do auxílio de um terceiro multiparcial, como é descrito pela Comissão Técnica de Conceitos do Programa Mediação de Conflitos (2011). Ao se considerar que os conflitos em que os participantes estão envolvidos caracterizam-se por uma complexidade, os técnicos sociais não fazem dos procedimentos algo rígido, visto que se faz necessário manter a dinâmica e a plasticidade de acordo com cada caso e situação.

Nesse sentido, na medida em que os indivíduos vivem conflitos interpessoais, Ferrari et al. (2010) afirmam que estes acabam reagindo de modo não consciente em relação à satisfação ou não de necessidades individuais básicas. O PMC entende que interesses, necessidades e valores devem ser explorados durante a mediação. Os interesses são entendidos como aquilo que está por detrás das posições rígidas, as necessidades como as coisas que devem ser supridas e os valores como aliados ao que se denomina resolução pacífica de conflitos. Os autores afirmam que essas considerações estimulam um movimento entre subjetividade e objetividade, revendo o foco dos interesses e das necessidades dos indivíduos.

Nesse contexto, os mediadores, através de algumas técnicas, buscam o fortalecimento do diálogo. A função do mediador, segundo Vezzulla (2011), é a de favorecer que os participantes se aprofundem no conhecimento de suas motivações através de uma escuta atenta, devendo produzir, no outro, uma sensibilização que favoreça o diálogo. Dessa forma, os envolvidos integram as suas motivações ou necessidades insatisfeitas como um problema comum, para que juntos alcancem uma solução. O autor propõe, para a integração ocorrida através da atuação e das intervenções do mediador, que se permita um maior entendimento entre os envolvidos. A solução estará sempre na sensibilização entre as partes envolvidas na mediação e na compreensão da necessidade de cada um, com a procura de uma solução que atenda a todos os envolvidos.

Em alguns momentos do processo de mediação, perguntas são utilizadas enquanto técnica, podendo ser perguntas abertas, fechadas, sistêmicas, de responsabilização, informativas ou orientadas para o futuro. Os mediadores, entretanto, precisam considerar a participação em um encontro comunicativo entre pessoas com experiência no aqui-agora, que objetivam a resolução pacífica de conflitos. Cabe aos mediadores a realização de perguntas que tenham foco na demanda a ser trabalhada, evitando realizar perguntas esvaídas de sentido ou propósito (Ferrari et al., 2010).

No processo de mediação, há uma estrutura de funcionamento que se divide em: pré-mediação; abertura do atendimento conjunto; investigação; agenda; criação de opções; avaliação das opções; escolha das opções e solução. O acolhimento é anterior a estas etapas, que serão melhor apresentadas adiante, sendo nele que se verifica a possibilidade de mediação. Durante o acolhimento, busca-se, de acordo com Leandro et al. (2011), compreender melhor todo o contexto da demanda e estabelecer uma relação de confiança e empatia com os participantes. Os autores enfatizam a importância da escuta ativa nesse processo, pois ela permite um aprofundamento gradativo no entendimento do caso. No acolhimento, ocorre uma breve apresentação do PMC,

momento em que a metodologia utilizada é descrita pela equipe e é verificado o interesse dos envolvidos em dar continuidade ao processo, cabendo também à equipe avaliar se o caso é passível de mediação ou se ele pode ser trabalhado através de orientação.

A pré-mediação é o primeiro momento em que todos os envolvidos se encontram. Nessa etapa os mediadores apresentam e explicam sua função na condução do processo e informam sobre os limites e possibilidades da mediação. Leandro et al. (2011) afirmam que, caso seja verificado o interesse de todas as partes em participar da mediação, algumas regras são construídas para o desenvolvimento do processo. Na etapa seguinte, denominada de abertura, os mediadores reforçam posturas essenciais necessárias para a realização do processo, tais como: respeito, escuta mútua e confiança. Posteriormente, na etapa de investigação, a equipe se atenta para que cada um dos participantes possa expor o seu ponto de vista em relação à questão que está sendo trabalhada. Nesse instante, são utilizadas as técnicas de mediação, a exemplo de perguntas abertas, responsabilização, entre outras. Os mediadores buscam, durante todo o tempo, que as pessoas abandonem suas posições rígidas e expressem os seus interesses.

Na fase de agenda são enumerados, entre os envolvidos e mediadores, os principais temas a serem tratados, tendo como objetivo, conforme descrevem Ferrari et al. (2010), a tomada de decisão. Um resumo objetivo sobre a demanda trazida é elaborado pelos mediadores, especificando as questões a serem tratadas e decididas pelos interessados. Após essa fase de agenda, inicia-se a etapa em que os mediadores auxiliam na criação de opções, etapa esta que, segundo Leandro et al. (2011), visa a verificar a viabilidade das soluções propostas nas etapas anteriores. Nessa etapa de criação de opções, os participantes definem o que pode ser proposto como solução. Ferrari et al. (2009) destacam que não devem ser realizados julgamentos sobre as ideias levantadas, mesmo que estas possam parecer absurdas, considerando que o objetivo é a estimulação da criatividade. Os mediadores deixam claro que não são as autoridades da decisão, mas que apenas dominam o procedimento de mediação e devem zelar para que determinadas atitudes não impeçam o andamento do processo. Após a conclusão anterior desta etapa, com o auxílio dos mediadores, os envolvidos deverão então avaliar e escolher a melhor opção para a sua demanda, considerando a possibilidade de execução e viabilidade legal.

A solução é a etapa final do procedimento em que se realiza a construção do termo de acordo ou compromisso, verbal ou escrito. Esse documento deve conter os pontos abordados na agenda e a solução apontada pelos participantes, bem como a responsabilidade de cada uma das partes diante das ações de solução propostas (Ferrari et al., 2010).

Caminhos para o resto não mediável contando com o inconsciente

A partir do exposto, observa-se que o trabalho de mediação, na busca da excelência da resolução pacífica dos conflitos em sua cultura de paz, parece esquecer daquilo que, em psicanálise, chama-se de "resto não mediável". Na busca de certa objetividade, por se tratar de um artigo, se

elegeu uma trajetória que perpassa a concepção de inconsciente e o ideal de felicidade para circunscrever algo deste resto não mediável. O caminho poderia ser outro. Este foi o escolhido pela incidência do inconsciente e sua incapacidade estrutural de tudo dizer. É sabido que a noção de “conflito” sempre está pressuposta na ordem humana, trazendo complicações para as ideias de paz e felicidade. Na prática fundamentada na ética de bem dizer o desejo, como é o caso da psicanálise, o mal-estar é próprio do humano, que tem, portanto, a árdua tarefa de garimpar modos de vida que o incluam no cotidiano, fazendo-o seu aliado.

Em “A Interpretação dos Sonhos”, Freud (1900, p. 640) defende que a consciência, considerada tão onipotente, é reduzida em sua teoria a um “órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas”. Em “O Inconsciente” (1915), ele afirma, ainda, que os dados da consciência contêm muitas lacunas e que determinados atos psíquicos, de pessoas sadias ou doentes, só encontram explicação quando se pressupõe a existência de outros atos que não têm a ver com a consciência. Afirmações como essas favorecem reflexões sobre aquilo que ocorre nas mediações de conflitos, por onde passam diferentes sujeitos com questões muitas vezes consideradas até banais. Banalidades, ali, não há.

A concepção de subjetividade que perdurou até as descobertas freudianas, estava relacionada à consciência e ao domínio da razão. O inconsciente não passava da definição do que não é consciente, nunca um sistema psíquico com particularidades e atividade próprias. E Freud não prova a existência de uma segunda consciência nos humanos, mas de atos psíquicos que existem independentemente da consciência, vistos nas formações do inconsciente: sonhos, parapraxias (esquecimentos, atos falhos, lapsos), chistes e sintoma.

O retorno daquilo que se recalcou é conhecido como uma formação do inconsciente, como forma de sua apresentação, como já foi dito. Essas formações do inconsciente sempre deixam restos não decifrados. Lacan (1964), no seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, destaca a sideração freudiana pelos tropeços que ocorrem em frases pronunciadas ou escritas, no efeito surpresa que daí surge, nos atravessamentos em que o sujeito se vê implicado. E marca que a descontinuidade é a forma essencial com a qual se apresenta o inconsciente como fenômeno: “a descontinuidade, na qual alguma coisa se manifesta como vacilação” (Lacan, 1964, p. 30). Assim, reafirmando, devido à impossibilidade de alcançar prazer absoluto através de uma descarga total, o inconsciente nunca acaba, “faz jogo de palavras e até com letras do alfabeto – um inconsciente que não conhece nem dia nem noite, que não repousa, que insiste – um inconsciente cheio de necessidades, múltiplo, variado, enfim barroco”, tal como afirmam Castanet e Rouvière (2013, p. 33).

Freud falou de um desprazer sempre existente na subjetividade e, em contrapartida, de um prazer conseguido através da diminuição da tensão. O inconsciente por ele descoberto, embora outros já usassem esta expressão – a exemplo de Schelling, Nietzsche, Schopenhauer, Herbart, Helmholtz, Fechner, Wundt, Carus, como escrevem Castanet e Rouvière (2013) –, portanto, é a

ação, a instância na qual a sexualidade está em jogo. Jamais se aquieta, pois há representações psíquicas ignoradas pelo sujeito que não param de se manifestar. É atemporal.

O recalque, assim sendo, pode ser entendido como o mecanismo que mantém, no inconsciente, as representações ideacionais da pulsão, aquilo que não se pode admitir ética e moralmente, não os destruindo, mas impedindo-os de se tornarem conscientes. Na construção da teoria psicanalítica, Freud percebe que o recalque não é uma censura consciente do paciente sobre suas pulsões, mas opera sem influência da consciência do sujeito. Nas palavras de Lacan (1964, p. 46), o inconsciente freudiano é constituído essencialmente "não pelo que a consciência pode evocar, estender, discernir, fazer sair ou sublimar, mas pelo que lhe é, por essência, recusado". Há, portanto, pensamentos inconscientes. A condição de se apresentarem na consciência é que o façam por meio dos mecanismos de condensação e deslocamento, o que permite determinada descarga, que jamais é completa, até mesmo pela forma como obrigatoriamente se apresentam. Nas mediações de conflitos, exemplos disso poderiam ser vistos em um marido que desloca o desamparo de sua mãe para a relação com a esposa, ou o filho que afirma que o pai "é só um gerador".

Na evolução da teoria psicanalítica, observa-se que o inconsciente primeiramente é visto como um sistema e, depois, como atributo presente em todas as instâncias psíquicas. O humano, enquanto ser de cultura, é por ele determinado e, paradoxalmente, ele leva o sujeito a agir ao mesmo tempo em que permanece inapreensível em sua totalidade. O segundo capítulo do *seminário 11* de Lacan (1964), nomeado "O inconsciente freudiano e o nosso", deixa claro que o inconsciente de Lacan não era o de Freud – mudanças ocorreram. Lacan (1953), em "Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise", situa o retorno às fontes, ou seja, o retorno a Freud para não perder o rigor teórico já notado devido ao grau de desprezo dos analistas de sua época, com o desconhecimento do próprio instrumento da psicanálise, a fala. Mas se Lacan faz este retorno, é para avançar em base sólida. No seu trabalho, embora se baseie na noção de estrutura de Lévi Strauss, Lacan produz seu próprio estruturalismo, marcando que a estrutura da linguagem preexiste e estrutura o sujeito. Em "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud", texto de 1957, o autor afirma que a linguagem serve de base para a cultura e implica a incorporação do sujeito na trama da linguagem. Desta forma, ele constrói um conceito fundamental: o inconsciente estruturado como linguagem – e, diferentemente de Saussure, defende a supremacia do significante. Lacan utiliza as noções de Freud de condensação e deslocamento para construir a sua teoria do inconsciente, representando-as pela metáfora e pela metonímia, respectivamente. A metáfora é a substituição de uma palavra por outra, produzindo uma criação de sentido. A metonímia é o deslizamento de palavra por palavra, e se inscreve na ordem da combinação de termos. A metáfora e a metonímia são tomadas, nas construções lacanianas, como efeitos de linguagem e resultado do recalque (Lacan, 1960, p. 849).

O inconsciente é formado no momento em que um primeiro significante, que evidencia para a criança uma situação insuportável, sofre recalque. No *Seminário 11*, Lacan (1964) afirma que a soma dos efeitos que a palavra produz em um sujeito é o inconsciente, fazendo com que o sujeito se constitua como efeito de significante. A produção de significado só acontece na articulação entre os significantes, constituindo uma cadeia de pelo menos dois significantes. O significante é o que representa um sujeito para outro significante (Lacan, 1964), ou seja, o sujeito aparece dividido entre dois significantes, por isso é chamado de sujeito barrado (\$). Há sempre algo no sujeito que escapa à sua representação, apontando sempre para uma constante divisão que se opõe à noção de unidade. O sujeito sempre aparece dividido por seu discurso.

O inconsciente, formalizado por Lacan, também apresenta dificuldade de captura em sua totalidade, embora seja algo pulsante, surgindo sob a forma de surpresa e marcando a divisão do sujeito. Lacan fez outras considerações acerca do inconsciente, mas esta que aqui se aborda já é suficiente para se refletir acerca de possíveis intervenções não mais articuladas à completude ou à resolução pacífica de conflitos, intervenções estas que contam com o mal-estar, o não saber, com o que aqui se nomeou de resto não mediável. Não se trata, neste caso, de defender a prática da psicanálise pura nos encontros de mediação de conflitos, pois é importante estar aberto à subjetividade iluminada pelas coordenadas do momento e do lugar em que a prática se realiza, mas de construir possibilidades de construções críticas sobre o processo que acaba considerando pouco o sujeito, centrando-se basicamente no cidadão.

Na mediação de conflitos, portanto, a consideração da existência do inconsciente, com suas formas de apresentação, será sempre um bom aliado. Ela ensina que o homem possui uma determinação outra que a consciência, que o cérebro da racionalidade, diz sobre um desejo inconsciente que demanda realizar-se, revela que a ordem humana é conflituosa e possibilita incluir o mal-estar no cotidiano da comunicação. Sua consideração pode, ainda, aliviar o mediador do peso de garantir a paz no território em que o programa se insere, faz sua tarefa menos árdua.

O mal-estar e o ideal de felicidade no caminho do resto não mediável

A dimensão do conflito no humano, tão importante para o estudo das mediações de conflitos, é constatada desde as primeiras construções de Freud a partir de sua clínica. Este combate entre forças antagônicas do próprio psiquismo pode ser encontrado ao longo de toda sua obra e tem diferentes formas de apresentação.

Em "O Mal-Estar na Civilização" (1930[1929]), Freud enfatiza que o mal-estar é próprio do humano. Sempre haverá mal-estar para os humanos, pois não se pode controlar o próprio corpo – condenado a perecer e devastar-se –, nem o mundo externo – que os agride com suas esmagadoras forças de destruição – e, principalmente, por seus relacionamentos com outros homens. Assim sendo, a cultura é promotora de um mal-estar devido ao fato da existência de uma contradição intransponível entre o que é exigido pela pulsão e o que é exigido pela civilização. Desta forma, para

viver em sociedade o indivíduo necessita perder algo, pagando o preço da renúncia de sua satisfação pulsional. Essa perda é essencial para se viver junto com outros, logo, o sujeito não pode fazer tudo que quer. A civilização surge com o objetivo de regular as relações, pois, sem regulação humana, ela seria regida pela lei do mais forte. O "outro" é fonte de desprazer, de mal-estar, mas não se vive sem ele.

Freud (1930[1929], p. 84) escreve que ser feliz não estava nos planos da criação do sujeito e afirma, citando Goethe, que "nada é mais difícil de suportar que uma sucessão de dias belos", ou seja, para ele, o aparelho psíquico só retira prazer de alterações situacionais, do acúmulo e da descarga de tensão vivenciadas pelas diferentes situações cotidianas. Com isso, elimina a possibilidade da conquista de uma posição de felicidade permanente, que só seria possível com a morte, ocasião em que os sujeitos param de demandar, param de converter suas necessidades em pedidos formulados através dos significantes.

Na busca incessante pela felicidade, surgem questões relativas ao desejo. O desejo humano vai além da necessidade e é indestrutível. Segundo Freud (1905), deseja-se um objeto desde sempre perdido, portanto, a cada vez que se imagina poder atingir a felicidade através do reencontro deste objeto perdido, percebe-se que é sempre um encontro faltoso. O que se mantém é a presença de uma ausência, que reafirma a indestrutibilidade do desejo. Por isso Lacan diz que o desejo é metonímico, ou seja, refere-se a um desejo inominável que desliza perpetuamente pela cadeia significante.

Nesta perspectiva, Lacan (1959[1960], p. 353) trabalha a relação da vida e da morte. O desejo anula tudo o que não é o ser, ou seja, "nada é do que não nasceu, e tudo o que existe não vive senão na falta a ser". O desejo está, necessariamente, articulado à falta. Só é possível desejar porque algo falta, sem falta os sujeitos ficariam paralisados, pois não teriam o desejo para impulsionar a vida. A ausência completa de desejo é articulada por Quinet (1999), por exemplo, em relação à depressão. O autor considera que a constatação da falta pode provocar duas situações: o sujeito pode associá-la a uma condição de impotência e, então surge a questão da culpa, como se fosse uma falha dele que não poderia haver; ou, por outro lado, a saída pode ser pela passagem da impotência à impossibilidade. Tira-se, assim, o peso da culpa, recolocando a questão em termos de responsabilidade. Logo, se teria algo próximo ao que é dito no ditado popular: "aquilo que não tem remédio, remediado está". Seria como voltar o desejo aos trilhos da metonímia.

A desenfreada busca pela felicidade não é um guia de conduta para a psicanálise, até mesmo porque a felicidade, da forma como é enfatizada, só se refere a uma reprodução das formas de vida impostas pelo capitalismo. O discurso do capital, como ensinou Lacan (1975), não faz laço social. Lacan (1975) considera que o capital consome tudo à sua frente, até que se consuma, não sem antes consumir seus servidores humanos.

Na atualidade, o mal-estar parece ser esquecido em nome da felicidade. Há um mal-estar que também reside na busca desta felicidade a todo custo. Freud (1930[1929]) afirma, ainda, que

o sujeito encontra muito mais desprazer que prazer, por isso, muitos se contentam em não ter desprazer, se contentando com a quietude. É possível, portanto, considerar a importância de se ter estas ponderações em trabalho de mediação de conflitos.

Considerações finais

A partir do que foi apresentado no presente artigo, constata-se que não existe civilização sem mal-estar, pois a própria dimensão do laço social, necessária à sua existência, insere a dimensão do conflito, conseqüentemente, a da agressividade. É através da palavra que a agressividade pode ser representada, evitando-se que se apresente como violência. E, portanto, não é sem razão que a mediação de conflitos conta com a palavra como aliada. O que se ressalta, no entanto, é que ela propicia aberturas que parecem poder ser mais bem aproveitadas.

Não se trata de defender que os mediadores sejam todos psicanalistas, não é esta a intenção, mas de colocar na cena a existência do inconsciente presente nos laços humanos, que não se cala diante da objetividade dos fatos, para propiciar reflexões. Isso porque, por mais que se considere que o lugar de trabalhar o resto não mediável não seja no contexto da proposta deste programa de governo, a subjetividade organizada pelo inconsciente ali está e estará por aonde vão os sujeitos, sendo importante saber o que fazer com ela. Ainda que o mediador escute, considerando certo limite, e isso é importante em qualquer situação de trabalho, respeitando a dimensão do cidadão, o sujeito não deixará de aparecer e vale a pena estar preparado para este aparecimento, mesmo que seja para fazer encaminhamentos.

Freud (1930[1929]) dizia que não há algo preparado para promover a felicidade humana. Lacan (1959[1960]) complementa essa afirmação ao defender a falta de programação simbólica do humano que possa organizar a sua experiência com a felicidade. O mediador de conflitos, por exemplo, orientado pela psicanálise, considera a possibilidade de indiferença em relação às normas de felicidade impostas pela cultura, podendo, assim, oferecer uma espécie de ponto de fuga da repetição apresentada pelo programa e pelos sujeitos. Para os rearranjos nos modos de vida que são atravessados pela existência do inconsciente e, conseqüentemente, por rearranjos sintomáticos, não existe a possibilidade de padronização.

Referências Bibliográficas

- Andrada, L. (2011). Apresentação. Comissão Técnicas de Conceitos do Programa Mediação de Conflitos. *Programa Mediação de Conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas*. Belo Horizonte: Arraes Editores.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2007). Revisitando questões sobre lei, transgressão e família em suas interações com a psicologia, a psicanálise, o direito e a interdisciplinaridade possível. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 89-96. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23nspe/16.pdf>
- Castanet, H. & Rouvière, Y. (2013). *Compreender Freud*. Belo Horizonte: Scriptum.

- Comissão Técnica de Conceitos do Programa Mediação de Conflitos (2011). A metodologia do Programa Mediação de Conflitos. In Comissão Técnicas de Conceitos (Orgs.). *Programa Mediação de Conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas* (pp. 13-37). Belo Horizonte: Arraes.
- Cretella Neto, J. (2004). *Curso de Arbitragem: arbitragem comercial, arbitragem internacional, Lei brasileira de Arbitragem, Instituições internacionais de Arbitragem, Convenções internacionais sobre Arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense.
- Ferrari, B. M.; Ramos, L. M. & Clementino, P. A. (2009). Enfrentamento das violências: a experiência de grupos de mulheres do Morro das Pedras. *Programa Mediação de Conflitos* (pp. 190-195). Belo Horizonte: IUS.
- Ferrari, B. M.; Almeida, C. R.; Lopes, C. J. R.; Prates, E. C.; Mendes, F. C. S.; Teixeira, G. N. & Souza, W. A. S. (2010). Concepção teórica e prática do Programa Mediação de Conflitos no contexto das políticas públicas de prevenção à criminalidade. In Comissão Técnicas de Conceitos (Org.). *Mediação e Cidadania: Programa Mediação de Conflitos* (pp. 11-89). Belo Horizonte: Arraes.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed.
- Freud, S. (2006). A interpretação dos Sonhos. In J. Salomão (Trad.) *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 5). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In J. Salomão (Trad.) *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2006). O Inconsciente. In J. Salomão (Trad.) *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2006). O mal-estar na civilização. In J. Salomão (Trad.) *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1930[1929]).
- Garcia-Roza, L. A. (1993). A pesquisa acadêmica em psicanálise. *Anuário Brasileiro de Psicanálise* (pp. 118-121). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lacan, J. (1998). Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise. *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1959-1960).
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1960).

- Lacan, J. (1988). *O seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2015) Conferencia en Ginebra sobre el síntoma. Recuperado de <http://www.lacanerafreudiana.com.ar/2.5.1.25%20%20%20%20CONFERENCIA%20EN%20GINEBRA%20SOBRE%20EL%20SINTOMA,%201975.pdf>. (Trabalho original publicado em 1975).
- Leandro, A. G. L.; Ferrari, B. M.; Almeida, C. R. de; Pinto, C. R. N. G.; Mendes, F. C. S. ... Martins, V. V. B. (2011). O atendimento coletivo para o Programa Mediação de Conflitos. In Comissão Técnicas de Conceitos do Programa Mediação de Conflitos. *Programa Mediação de Conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas* (pp. 46-65). Belo Horizonte: IUS.
- Leite, F. L. & Rodrigues, S. M. A. (2010). Introdução. In Comissão Técnicas de Conceitos (Org.). *Mediação e Cidadania: Programa Mediação de Conflitos* (pp. 1-7). Belo Horizonte: Arraes.
- Nunes, A. C. C.; Leandro, A. G. L.; Imai, C. A. P.; Almeida, C. R. de; Resende, F. V. de; Cruz, G. F. C. de ... Rodrigues, S. M. de A. (2009). Concepção teórica e prática do Programa Mediação de Conflitos no contexto das políticas públicas e de prevenção à criminalidade no estado de Minas Gerais. In Comissão Técnicas de Conceitos (Orgs.). *Programa Mediação de Conflitos* (pp. 27-118). Belo Horizonte: IUS.
- Quinet, A. (1999). Atualidade da depressão e a dor de existir. *Extravios do desejo: depressão e melancolia*. Rio de Janeiro: Marca d'Água.
- Vezzulla, J. C. (2011). Mediação de Conflitos: a questão da cura. In Comissão Técnicas de Conceitos (Orgs.). *Programa Mediação de Conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas* (pp. 41-48). Belo Horizonte: Arraes.

Citação/Citation: Gonçalves, C. M. & Ferrari, I. F. (nov. 2016 a abr. 2017). Mediação de conflitos e o resto não mediável. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 12(23), 33-44. Disponível em www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2019v12n23p33-44.

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 23/11/2016 / 11/23/2016.

Aceito/ Accepted: 18/01/2017 / 01/18/2017.

Copyright: © 2013 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.